

ASPECTOS GERAIS DO SURGIMENTO E CRESCIMENTO URBANO DE ARACAJU, DE SUA REGIÃO METROPOLITANA E O CASO DO BAIRRO JARDINS

META

Apresentar os aspectos gerais da História de Aracaju e os motivos que levaram ao surgimento da cidade.

expor as causas da mudança da capital de Sergipe, São Cristóvão, para Aracaju.

demonstrar as fases do crescimento urbano de Aracaju até a formação da região da Grande Aracaju.

explicar os reflexos da divisão internacional do trabalho, no espaço construído de Aracaju, em sua região metropolitana e no bairro Jardins, como produto do capitalismo internacional.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender o processo de urbanização da cidade de Aracaju e as conseqüências desse processo.

conhecer o surgimento do bairro Jardins e o processo de urbanização acelerada.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado os conteúdos das demais aulas, dando atenção ao processo de crescimento urbano, que ocorreu no mundo e, em particular, no Brasil.

Também é fundamental que vocês façam uma análise do processo de estruturação urbana, desde as cidades antigas, passando pelas cidades medievais, até as cidades contemporâneas. Observem que o objeto do estudo é a **cidade**, quer esteja ela em escala mundial (megalópole), nacional (metrópole nacional) ou regional (Metrópole regional) ou local (como o

caso de Aracaju e do bairro Jardins). É importante associar o desenvolvimento urbano geral com o crescimento de Aracaju e os reflexos deste contexto, no bairro Jardins.



(Fonte: <http://manoeng.files.wordpress.com>).

INTRODUÇÃO

Olá, pessoal!

Chegamos à última aula, depois de uma longa jornada. Vamos nos deter no estudo da cidade de Aracaju, tentando exemplificar, na prática, os conteúdos estudados com a realidade vivenciada. Faremos uma análise das teorias estudadas para enquadrá-las no contexto da realidade existente no território aracajuano. Nesta aula, tentaremos revelar para vocês que em qualquer parte do mundo, e por que não em Aracaju, ocorre o reflexo do capitalismo mundial e de sua urbanização. Aracaju é uma cidade de porte médio, localizada no Nordeste do Brasil. Conforme estudamos, o Brasil é um país que já foi Colônia, e que, mesmo com a sua independência política, vive atrelado e é dependente da economia e da política mundial. O Brasil é um país com ‘diferenças de desenvolvimento’, como descreve o Jacques Lambert, em seu livro “Os dois Brasis”, no VIII capítulo, mais precisamente no subcapítulo, intitulado:

“O Brasil é mais um país desigualmente desenvolvido do que subdesenvolvido” (LAMBERT, 1970, P. 189).

Existem as regiões Sudeste e Sul, que no processo de desenvolvimento econômico foram tendo privilégios, em detrimento das demais regiões e, particularmente, da região Nordeste, que devido a sua colonização foi sempre dependente de outras regiões. Embora o autor citado descreva os “dois brasis,” entendo que o Brasil, como um todo, é um país com um território formado por regiões extensas, de clima, relevo e economias dife-

rentes, mas que refletem uma realidade histórica e econômica específica. Para isso, vamos desenvolver esta aula, fazendo sempre uma interrelação entre o passado (Idade Moderna) e o presente (Idade Contemporânea), entre o crescimento urbano geral (mundial) e o específico (local). Portanto, o estudo do desenvolvimento urbano de Aracaju, de sua região metropolitana e o estudo de caso do bairro Jardins, que faremos nesta aula, tem a intenção de identificar as teses estudadas nas aulas anteriores e compará-las com a realidade urbana, concreta, existente nestas áreas citadas.



Parque da Cidade de Aracaju/SE (Fonte: <http://farm1.static.flickr.com>).

O ESPAÇO URBANO DE ARACAJU: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Para deixar mais claras as explicações sobre os motivos que levaram Aracaju a ter este formato urbano, com o espaço construído específico e esta realidade econômica, faremos uma breve reflexão sobre a época da formação do território sergipano. Sabemos que a cidade de Aracaju hoje é uma conseqüência do processo histórico e econômico pelo qual o seu território passou, conseqüência também de uma realidade inerente ao processo de desenvolvimento das forças produtivas mundiais.

O desenvolvimento do capitalismo, em suas diferentes fases, interferiu e moldou o que é atualmente tanto o território, quanto a economia de Sergipe e, conseqüentemente, da cidade de Aracaju e sua região metropolitana. Vamos utilizar as teses descritas em minha dissertação de mestrado, para auxiliar no entendimento deste raciocínio. Utilizaremos também outros trabalhos escritos por mim e já publicados sobre o estudo de caso do bairro Jardins, localizado na ‘zona sul’ da capital. Além dos trabalhos que escrevi, utilizaremos, ainda, vários autores com suas teses e teorias que se enquadram tanto em nível mundial, como no caso específico, do estudo urbano de Aracaju e sua região metropolitana.

O território hoje de Sergipe foi uma província e parte da colônia portuguesa no século XVI. Quando Sergipe foi passado à condição de província, sua primeira capital era São Cristóvão, que foi fundada em 1590. Esta capital se localizava em uma região de relevo irregular e montanhoso. Os cursos de seus rios eram tortuosos e em vários pontos eram muito rasos. O clima sempre foi quente e úmido, com a presença de mosquitos e um calor insuportável, principalmente para os estrangeiros que vinham negociar nesta região.

“Nessa época (entre 1550 e 1560) que antecedia a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, o açúcar, era o produto econômico mais importante de Sergipe uma vez que: O grande problema era o açúcar. Dele dependia a estrutura econômica da Província.

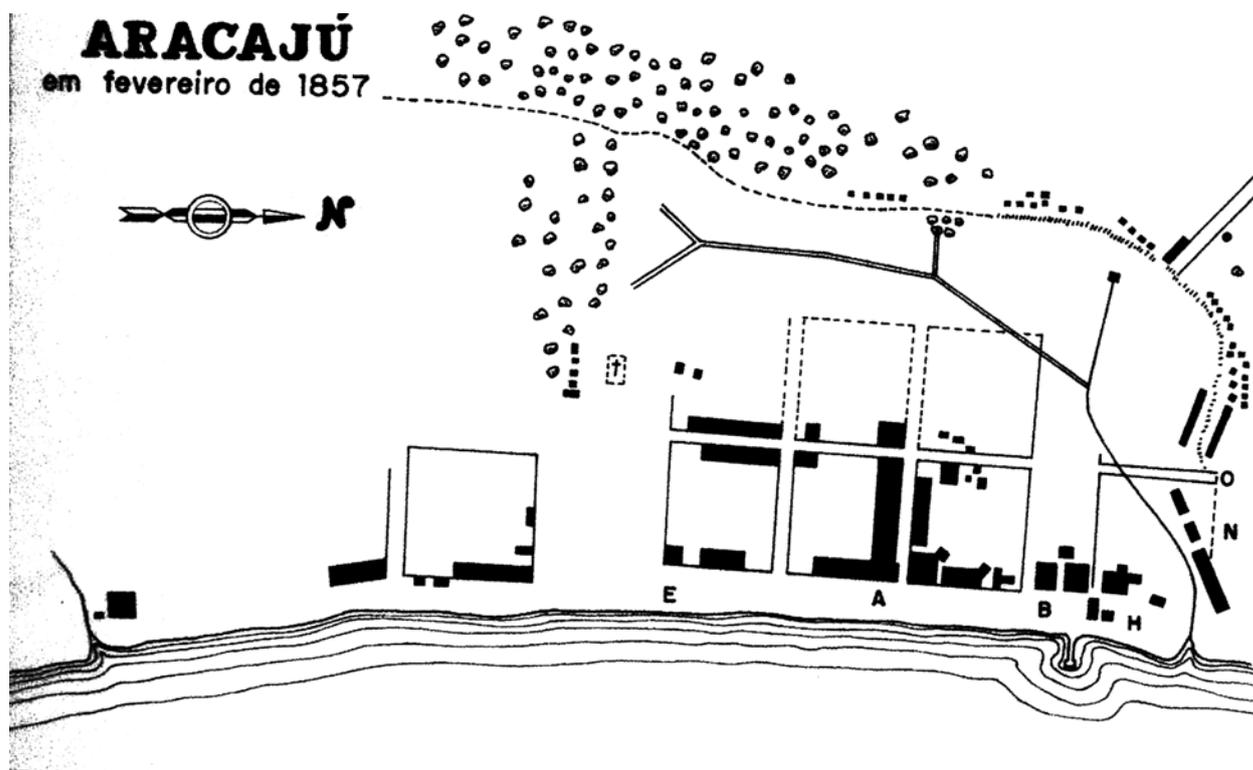
Não há, pois, exagero em afirmar que Sergipe era o açúcar. No exercício de 52-53, Quando o valor dos gêneros exportados atingiu a soma de 3.577:671\$982, a contribuição. Açucareira foi de 3.503:750\$216. Daí, qualquer plano de alevantamento econômico da Província ser, necessariamente, orientado no sentido de organizar e defender a produção. Canavieira. Inácio Barbosa pensou assim e fê-lo acertadamente.” (CALASANS, 1942, p.20).

Como foi observado, o açúcar da província sergipana era quase 100% para exportação. Por isso havia uma preocupação do Presidente da província com este produto, que já começava a ter problemas com o alto preço da mão-de-obra e com a forte concorrência das colônias inglesas com o açúcar de beterraba da Europa, o que ampliava o seu comércio a cada dia. Além desses problemas, havia submissão dos senhores de engenho de Sergipe aos trapicheiros da Bahia, o que impedia o comércio direto de Sergipe com o Exterior.

Observamos que a província sergipana já necessitava de um porto bem localizado e de fácil acesso aos navios para o transporte da produção açucareira, principalmente. A capital de Sergipe, São Cristóvão, fundada em 1590, não tinha prosperado tanto e sua localização física, com relevo muito ondulado e rios estreitos, impedia a penetração dos navios, até os de menor porte, na maré baixa. Este era o motivo relativo ao relevo de São Cristóvão, que interferia negativamente no comércio do açúcar. No que se refere ao mercado internacional do açúcar, houve, também, problemas internos, referentes às relações entre os senhores de engenho e os trapicheiros de Sergipe.

“Havia, por outro lado, a necessidade econômica de um porto bem estruturado, para manter e ampliar o comércio exportador do açúcar. Este porto tinha que ser localizado em lugar plano, de forma que possibilitasse a entrada de navios de maiores portes. São Cristóvão não atendia a essas necessidades. Além disso, outros motivos revelavam a necessidade de que as características das novas cidades facilitassem, cada vez mais, o comércio e o desenvolvimento da região, na metade do século XIX. A nível nacional, nessa época, a substituição do tipo cidade fortaleza pelo tipo de cidade-porto era considerada “moda”, ou seja, era uma aspiração dos governos, dos profissionais e da população de várias províncias que as capitais fossem construídas em áreas planas, pois facilitavam o comércio. São Cristóvão não se encaixa bem aos novos planos urbanísticos requisitados na segunda metade do século XIX. (MACHADO, 1990, p. 25-26)”.

Devido a essas circunstâncias, ocorreu a mudança da capital de Sergipe (1855) para a região às margens do rio Sergipe, hoje Aracaju. Embora no século XIX essa área fosse quase toda plana, com as chuvas, permanecia grande parte do ano alagada, dificultando o seu povoamento e a construção das primeiras moradias. O governo se localizava na parte mais alta, no povoado de Santo Antônio, mas posteriormente foi contratado o engenheiro arquiteto Sebastião Basílio Pirro, para a elaboração do plano da cidade. Assim foi feita uma planta para visualização e ordenamento das ruas, em forma de um tabuleiro, com linhas retas e simétricas, como podemos observar o início da construção das primeiras quadras.



Fernando Porto. A cidade de Aracaju, 1855-1865. Ensaio de Evolução Urbana, Estudos Sergipanos II, Aracaju, Edição do Autor, 1945 (Fonte: machado, 1990. p. 32).

Outro ponto a ser destacado é sobre a situação econômica em que se encontrava a Europa, na segunda metade do século XIX, quando ocorreu a mudança da capital. Nesta época, já tinha acontecido a Revolução Industrial, na Inglaterra, gerando muitas mudanças na economia, na tecnologia, nas técnicas de produção. Na Europa, e, em particular, na Inglaterra, a economia deixou de ser manufatureira, passando para o modo de produção capitalista industrial. Com isso, as relações comerciais tinham sofrido alterações profundas, em que os interesses dos países eram outros.

Novos produtos passaram a fazer parte do comércio e este fato, em relação à província de Sergipe, teve grande influência nas relações comerciais, pois a atividade canavieira, como foi descrita antes, era o setor que sustentava a economia da província. Com o surgimento da beterraba, em substituição ao açúcar, a economia perdeu poder e a crise se alastrou, visto que as idéias abolicionistas também tinham chegado ao Brasil e as lavouras e plantações de cana-de-açúcar necessitavam de grande quantidade de mão-de-obra escrava.

No que diz respeito à cana, aparece no séc. XIX um sucedâneo para a produção do açúcar que a levará de vencida: a beterraba. Os países europeus, e também os Estados Unidos, que são os grandes consumidores de açúcar e principais mercados para a produção dos trópicos americanos, tornam-se com a utilização da beterraba,

de consumidores em produtores; e não somente para suas necessidades próprias, mas ainda com excessos exportáveis. Estes se procurarão escoar com bonificações e prêmios concedidos aos produtores, despesas estas de que se ressarcem os respectivos governos taxando pesadamente as importações do açúcar de cana. Será uma concorrência tremenda cuja história é conhecida e que vai dar nos primeiros grandes acordos internacionais em matéria de produção econômica; acordos, aliás, que nunca se cumpriram regularmente.”(PRADO JÚNIOR, 1962, p.161-162).

Portanto, a partir de meados do século XIX, as províncias e regiões localizadas ao norte do Brasil (onde se localiza a região Nordeste) passaram a perder poder econômico rapidamente. Era dentro deste contexto internacional que São Cristóvão estava vivendo e isto acelerou mais ainda a transferência da capital para a área que era o povoado Santo Antonio, como podemos ver nos artigos 1º e 4º do projeto de mudança da capital:

“Art. 1º - Fica elevado à categoria de cidade o Povoado de Santo Antonio do Aracaju, na Barra do Cotinguiba com a denominação de – cidade do Aracaju... Art. 4º - Fica transferida desde já da cidade de São Cristóvão para a do Aracaju a capital desta Província”.(CALASANS, 1942, P.61).

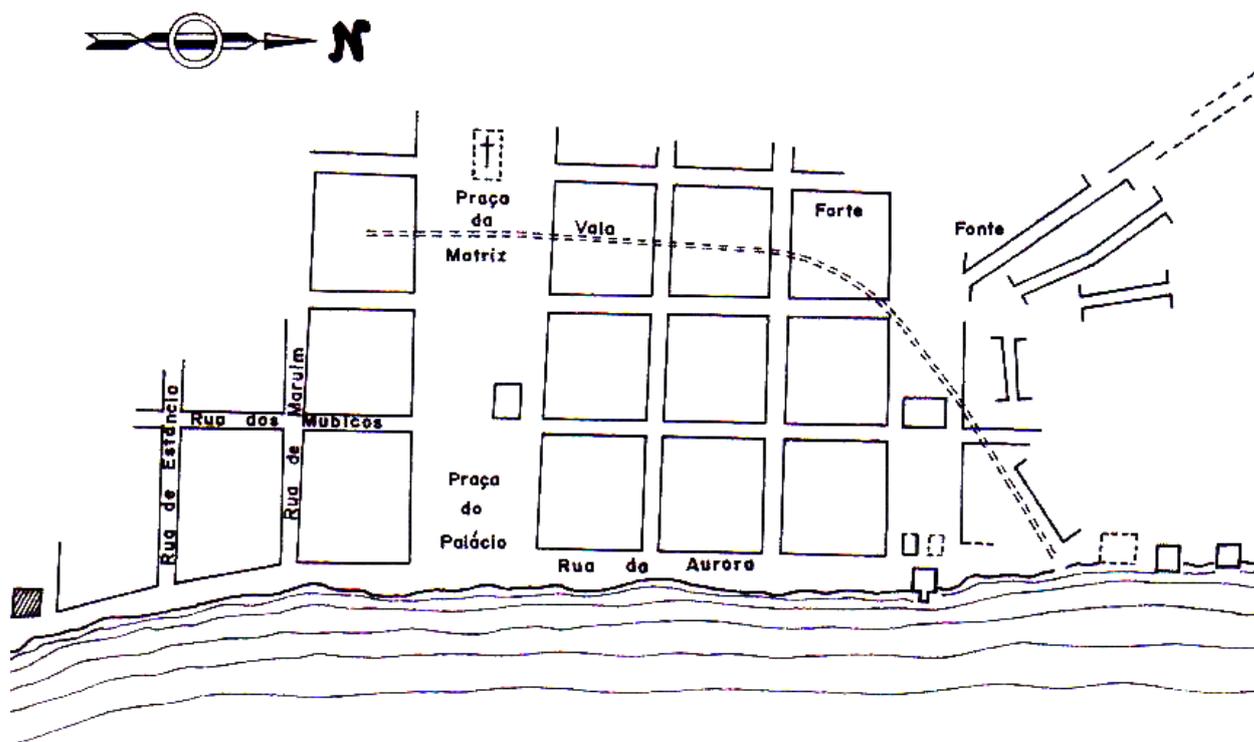
O CRESCIMENTO DE ARACAJU

Com esse fato concretiza-se a mudança da capital da província e os acontecimentos internacionais e internos, no Brasil, colocam Aracaju como o centro das preocupações da região. A mudança da capital enfrentou vários problemas, uma vez que a região era constituída de pântanos e era em parte uma região alagada. Por isso a sede se localizou na área onde era o povoado de Santo Antonio, uma vez que se localizava em alto relevo. Entretanto, as epidemias que inclusive vitimaram seu fundador, Inácio Barbosa, também dificultaram o desenvolvimento da área construída. Além disso, era necessário ter muitos recursos e mão-de-obra para colocar em prática as idéias do engenheiro Pirro. Mesmo assim, a cidade de Aracaju foi sendo construída e, logo na primeira década, começaram a desviar os contornos previstos na planta. (Ver cartogramas).

Até 1865 a cidade tinha crescido razoavelmente, conforme cartograma n4. Embora exista um plano para a cidade, ela crescia sem critérios, tanto para a construção, quanto para a localização das casas existentes, na época, para os construtores que não dispunham de equipamentos modernos nem recursos, como também a própria mão-de-obra empregada não dominava o ofício da construção, com rigor. Assim, a cidade começou a crescer, desrespeitando o traçado do plano. Para tentar impedir este crescimento desordenado, a Câmara Municipal pôs em execução a Resolução Provincial que regulava as construções civis e, ainda, os costumes de seus habitantes. (MACHADO, 1990, p.30).

ARACAJÚ

Arruamento em 1865



A cidade de Aracaju, 1855/1865. Ensaio de Evolução Urbana, Estudos Sergipanos II, Aracaju, Edição do Autor, 1945 (Fonte: MACHADO, 1990, p. 34).

Como podemos observar nesse cartograma, a quantidade de quadras já é bem maior e percebe-se o crescimento de Aracaju, tanto para o sentido norte, quanto para o sul e oeste. Mesmo após um ano de fundação da cidade, foram tomadas medidas que controlavam as atitudes e até o comportamento da população, além de disciplinar o seu crescimento urbano. Essas ‘primeiras posturas da Câmara Municipal de Aracaju,’ regidas pela resolução n. 458, estabelecia o que construir, como construir, onde construir e as obrigações para os moradores que deveriam manter limpas e pintadas as residências. Determinavam que

Art. 5º -” Os proprietários de terrenos incluídos na planta desta Capital, serão obrigados a amurá-los ou cercá-los, seguindo o alinhamento das ruas e praças, assim como a nivelá-los com o nível destas, logo que sejam alinhadas e niveladas definitivamente pelo Governo. O contraventor sofrerá a multa de 30\$ réis a dobrar nas reincidências.”(PORTO, 1991, p.56)

Art. 13º -” Todo o proprietário de casa é obrigado a calçar a frente de suas casas com lageado regular, a saber: nas ruas de sessenta palmos de

largura terá o lageado oito palmos de largura e nas de cem palmos terá o lageado de dez palmos. Multa de 20\$ réis e o dobro na reincidência”.(Idem, p.57),

como também, até a maneira como se vestia era determinada, pois no

Art. 16° – “É proibido andar-se indecentemente trajado nas ruas desta Cidade, Vilas ou Povoados do Termo, trazendo mandriões sem camisa, com escândalo da moral pública. O contraventor sofrerá a multa de 4\$000 réis ou cinco dias de prisão a dobrar nas reincidências”.(Ib. Idem).

Nesse sentido, constatamos que eram criadas e determinadas inúmeras tentativas para ordenar o crescimento urbano definido no plano de Pirro e a maneira como deveriam preservar essas construções. Também determinavam ainda os tipos de serviços e fábricas que poderiam ser construídas dentro da cidade, de forma que não fosse prejudicada a vida de seus cidadãos:

“Art. 14 – É absolutamente proibido estabelecer dentro do recinto da Capital trapiches, Alambiques, cortumes, fábricas de sabão, e caldeiros, e todas as mais, cujo uso pode corromper a atmosfera, e prejudicar a salubridade pública, devendo a Câmara designar os lugares para essas fábricas. O contraventor será multado em 30\$ réis, e a obra será demolida a sua custa.”(Ibidem)

ARACAJU URBANA NO SÉCULO XX

A partir do início do século XX, a cidade passa a adquirir novas características, com serviços de água, início de instalação de esgoto, de luz e de bondes. A ferrovia tinha desenvolvido muito nos países europeus e, principalmente, nos Estados Unidos, no final do século XIX; em Aracaju, foi instalada já no início do século XX.

Os empresários brasileiros e o próprio Governo Federal começaram a implantar linhas férreas; de início nas cidades mais desenvolvidas e depois nas menores, mais tarde interligando cidades e regiões. Com essas mudanças, em nível nacional, ocorreram também, em Aracaju, várias transformações no seu espaço urbano:

“Dá-se início, nesse período, ao zoneamento social dos bairros, e começam a se estabelecer os bairros de elite, os bairros de operários e os bairros de comércio e indústrias”.(MACHADO, 1990, p.35).

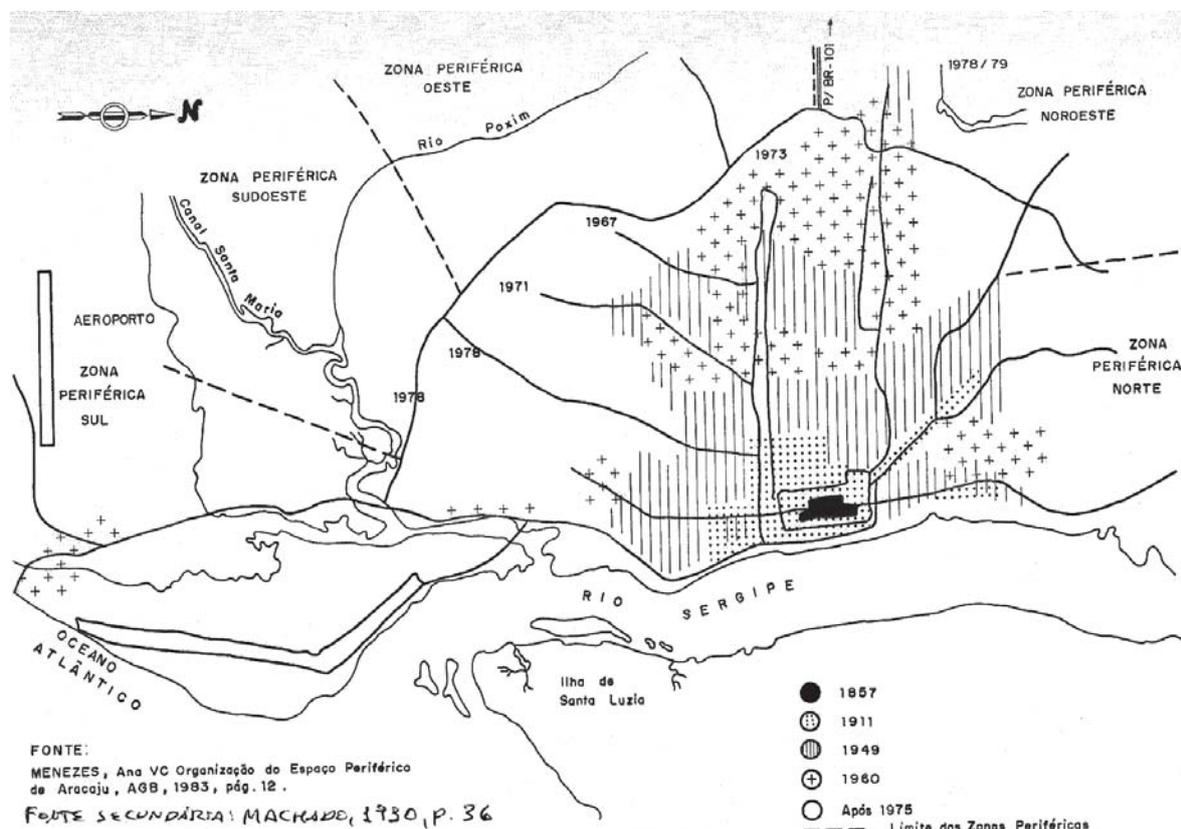
A partir daí, a cidade vai tomando outra feição urbana e sua função social passa por transformações decorrentes das mudanças externas e, como consequência da Segunda Grande Guerra Mundial, dos avanços tecnológicos, as relações de trabalho se transformam, como também as inovações do capitalismo industrial. Foram instaladas, em Aracaju, in-

dústrias têxteis, o que impulsionou as plantações de algodão; por outro lado, isso reforçou mais ainda a crise do comércio do açúcar.

A cidade de Aracaju, como as demais localizadas no litoral, tinha como elemento econômico central o Porto. Porém, a partir da década de quarenta do século XX, ocorreram vários fatos que foram redefinindo a sua economia.

“Nesta fase inicia-se, no plano econômico, com o declínio da exportação de produtora do Estado. O preço do açúcar sofre uma queda e o Nordeste perde primazia na produção algodoeira para o Centro-Sul. São Paulo, Minas Gerais e Paraná, com a crise que se abateu sobre o café no período de 1930-1934, passam a plantar algodão. Assim, o movimento portuário feito através de Aracaju declina sensivelmente. Com a desativação gradativa do porto e o assoreamento da foz do Rio Sergipe, que dificulta a navegação de navios de crescentes calados, ocorre à degradação da área urbana nas suas proximidades.”(LOUREIRO, 1983, p.60).

Com o desenvolvimento do ramo industrial, Sergipe também avançou na quantidade e variedade de fábricas, principalmente de indústrias têxteis. (Citar o livro “Os Corumbas”, de Amando Fontes). Na cidade de Aracaju, mais precisamente no bairro Industrial, as indústrias têxteis também se desenvolviam e com isto o comércio feito via Porto decaiu muito, conforme foi descrito por Kátia Loureiro, uma vez que começou a ser realizado pelas rodovias construídas no sentido oeste e noroeste da cidade.



Como observamos neste cartograma, ocorreu nos últimos cem anos (entre meados do século XIX e as décadas de sessenta e setenta do século XX) um crescimento no sentido oeste. Após a década de cinquenta, o adensamento urbano ficou concentrado na região central de Aracaju e mais tarde segue em vários sentidos. Após a década de setenta, várias rodovias são construídas, o que desestimulou mais ainda a exportação via Porto, pois por rodovia era mais rápido e as transações comerciais mais fáceis para as regiões vizinhas.

Outro fato que impulsionou o crescimento urbano e econômico de Aracaju, após a década de 60, foi a descoberta de petróleo no Município de Carmópolis; mais tarde, com o aumento da produção, a Petrobrás instala uma de suas sedes administrativas em Aracaju, o que aumentou consideravelmente o número de trabalhadores da Petrobrás residentes em Aracaju. Na década de 70, a economia aracajuana tem um grande impulso, o que vai refletir no aceleração do seu crescimento urbano e na necessidade de novos serviços na capital. Na década de 80, Aracaju já tinha uma estrutura urbana bem mais ampliada e também ocorre um grande aumento de sua população.

POPULAÇÃO TOTAL E VARIAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO 1940 – 1970

ANOS	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO INTERCENSITÁRIO (%)
1940	59.031	-
1950	78.364	32,7
1960	114.162	45,6
1970	183.670	60,8

FONTE: INEP, Anuário Estatístico de Sergipe – 1980.

O DESENVOLVIMENTO DE ARACAJU NA 2ª METADE DO SÉCULO XX

Observamos, em 1960, um crescimento populacional de 45%; em 1970, o aumento populacional foi de 60,8%, conforme o anuário estatístico de Sergipe. Isso refletia o crescente poder econômico de Aracaju; em contrapartida, as cidades vizinhas não acompanhavam o seu crescimento. Assim, Aracaju passa a liderar, de maneira crescente, na economia, na política, na indústria e na cultura.

Além desta questão, ocorre a necessidade de mais moradias, tanto para a classe operária, quanto para a população de baixa renda ou sem renda. Intensificam-se os conflitos urbanos pela falta de moradia popular e pelo aumento, também crescente, da migração de cidades vizinhas e até de outros estados para a periferia de Aracaju.

È na década de setenta que o contexto urbano de Aracaju e de sua periferia começaram a ter umas ligações mais fortes, fortalecidas pelo crescimento populacional e pela construção de conjuntos habitacionais fora do município de Aracaju. A partir da década de oitenta, a ligação entre Aracaju e sua periferia ampliou-se mais ainda, fortalecida pela hegemonia da capital sobre as demais cidades e com a instalação do Distrito Industrial de N.Sra. do Socorro, que, embora não esteja em operação, revela o surgimento de mais uma atividade econômica, fortalecendo a coesão de uma região comandada pela capital. (MACHADO, 1990, p.38).

Conforme evidenciamos, ocorreu o processo de crescimento urbano horizontal, ultrapassando, em muito, o “quadrado” do espaço construído previsto pelos governantes e seus engenheiros. Mais recentemente, na década de 90 do século XX, além da construção dos conjuntos habitacionais, cresceram também construções irregulares e sem planejamento, uma vez que grande parte da população que migrava do interior do Estado para Aracaju não tinha emprego; portanto, não poderia pagar pela moradia, por aluguel, nem tampouco comprar um ‘pedaço de chão’. Assim se multiplicava a população ao redor de Aracaju, seguindo as construções, as rotas das estradas que davam acesso à saída de Aracaju, em vários sentidos. Com o aumento da quantidade de fábricas de tecidos e de várias pequenas indústrias, os setores econômicos de Sergipe passaram por grande mudança, entre os anos de 1970 e 1983, conforme

SERGIPE

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES ECONÔMICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO – TOTAL 1970 - 1983

SERGIPE			
ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1970	17,5	30,9	51,6
1971	20,1	31,5	48,4
1972	20,6	29,0	50,4
1973	22,5	28,5	49,0
1974	17,9	30,7	51,4
1975	17,0	29,4	53,6
1976	14,3	31,8	53,9
1977	15,2	30,3	54,5
1978	14,3	30,3	55,4
1979	15,9	30,3	53,9
1980	12,5	34,5	53,0
1981	9,4	3,2	52,4
1982	8,9	37,0	54,1
1983	4,1	45,0	50,9

FONTE: SUDENE/DPG/PSE. Cálculos do IESAP/Departamento de Pesquisas, Estudos e Análises. In: Cenário da Economia Sergipana: 1988-1992, Aracaju – SEPLAN/IESAP, 1988, p.10.

Fazendo uma análise geral, podemos afirmar que o setor secundário aumentou sua participação no produto interno bruto de 30,9%, em 1970, para 45%, em 1983. Por outro lado, o setor primário diminuiu a sua participação de 17,5% ,em 1970, para apenas 4,1% de participação na economia estadual. Já o setor terciário se manteve quase inalterado, passando de 51,6% para 50,9% da década de 70 para a década de 80. Este crescimento do setor secundário e a queda do setor primário demonstram que um grande percentual da população do estado estava migrando para trabalhar no setor terciário e no secundário. Porque a concentração do poder econômico se localizava em Aracaju, conclui-se que ocorreu um grande aumento da população da capital, neste período, e este crescimento continuou, pois podemos constatar tal fato.

TAXAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE SERGIPE E ARACAJU - 1950/1980

TAXAS DE CRESCIMENTO (%)					
1950/60		1960/70		1970/80	
SE	AJU	SE	AJU	SE	AJU
17,98	71,32	18,47	58,72	26,57	59,59

FONTES, Censo Demográfico FIBGE, Anuário Estatístico de Sergipe INEP/SEPLAN in: MACHADO, E. 1989, P.57.

Comparando-se o crescimento demográfico entre a população do Estado e de sua capital, observamos que, entre 1950 e 1960, Aracaju teve um aumento de 71,32% em sua população. Já a população do Estado cresceu apenas 17,98%. Nos anos seguintes, entre as décadas de 1960/70 e 1970/80, observamos que a população de Aracaju cresceu 58,72% e 59,59%, respectivamente. Já o Estado cresceu apenas 18,47% e 26,57%, em relação àqueles anos. Assim, podemos constatar que o crescente aumento populacional de Aracaju revela que a capital vem interferindo de maneira significativa na economia estadual.

O crescimento da população de Aracaju foi tão rápido, entre os anos de 1960 e 1980, mais ainda nos anos da década de 90, que o crescimento urbano ultrapassou os limites político-administrativos. Mesmo assim, a maioria desta população vive na periferia de Aracaju, em função das condições econômicas, sociais e culturais, além do lazer de Aracaju. A partir de então, foi sendo configurada a região da Grande Aracaju. Esta região foi criada, inclusive, por leis que estabeleceram os municípios que fazem parte. O governador do Estado de Sergipe, na época, Augusto do Prado Franco, criou a lei n. 2.371, de 30 de abril de 1982, cujo artigo 1º estabeleceu o seguinte:

“Art. 1º - Fica estabelecida a região da Grande Aracaju, constituída pelas áreas territoriais dos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros,

Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão”.(MACHADO, 1990, p.188).

Essa lei serviu para legitimar a área de influência direta de Aracaju, o que já vinha ocorrendo, há mais de uma década, o monopólio estadual de concentração de renda, de serviços e de população de Aracaju. Além disso, nenhuma outra cidade, em Sergipe, pode competir, até hoje (2009) com a cidade de Aracaju.

Em 1986, o governador João Alves Filho, criou outra lei ampliando a região da Grande Aracaju, de sete para nove municípios.

“Art. 1º - Fica estabelecida a Região da Grande Aracaju, constituída pelas áreas territoriais dos municípios de Aracaju, Barra dos coqueiros, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda e Riachuelo”.(Idem, p.189).

Esse fato reforçou o interesse dos governantes estaduais em tentar registrar o limite de influência de Aracaju sobre sua área num “processo de uma metropolização emergente” (MACHADO,1990). Porém, o IBGE só considera metrópole a cidade que, além de possuir inúmeros serviços, tenha uma população superior a um milhão de habitantes. Apenas estamos nos referindo à região da Grande Aracaju, ou seja, uma região metropolitana; não afirmamos que Aracaju é uma Metrópole. Contudo, em 1995, a área metropolitana de Aracaju foi limitada a quatro municípios, tendo como sede Aracaju. Os municípios que fazem parte da atual região metropolitana são os seguintes: Aracaju, Barra dos Coqueiros, N.Sra. do Socorro e São Cristóvão, que foram criados pela lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995

. ([www://pt. Wikipedia. Org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Aracaju](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Aracaju)).

O PROGRESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E URBANO DE ARACAJU

Tentando mostrar, de forma resumida, o que escrevi sobre o processo de metropolização da Grande Aracaju, vai descrever os fatores principais que favoreceram a industrialização e foram, entre as décadas de 60 e 80, estimulando a urbanização da Grande Aracaju.

1. Na década de 1960: Foi instalada a Petrobrás no Estado de Sergipe, com início da exploração de petróleo em Carmópolis. Posteriormente, em 1970, foi instalado o escritório da sede da Petrobrás região produtora do Nordeste (RPNE).
2. No final da década de sessenta, 1967, é instalado o Distrito Industrial de Aracaju (DIA) que gerou vários novos empregos na cidade e na sua periferia sul, estimulando a urbanização e a ocupação urbana nas “margens” da capital.

3. No final da década de setenta, 1977, é instalada a Petromisa, visando à produção de potássio e salgema e depois, em 1981 passa a produzir uréia e fertilizantes.
4. A partir de 1986, o Governo do Estado deu início à desapropriação da área onde seria instalado o futuro Porto de Sergipe. No mesmo ano foi instalada, no município e Laranjeiras, a Fábrica de Cimento do Grupo Votorantim.
5. Em 1988, foi instalada outra fábrica de cimento, no município de Nossa Senhora do Socorro. Ainda neste ano, foi implantado, também, o Pólo Cloroquímico.
6. Nesses períodos citados, também ocorreram as construções de vários conjuntos habitacionais em Aracaju e na sua região metropolitana, 1968 a 2002.

Assim, esses decretos, somados à ampliação do parque industrial nos municípios próximos à Aracaju, justificavam a ampliação da área da Grande Aracaju. Tal processo de industrialização foi acompanhado da urbanização, como ocorre em nível mundial, nacional e local.

Com isso, foi dado um grande impulso à economia de Aracaju, que teve mais ainda um grande aumento populacional em sua região. Por outro lado, surgiram também os problemas inerentes a uma “sociedade de classes antagônicas” (MARX), tais como população desempregada e pobre, na região da grande Aracaju e também nos seus diversos bairros, aumento da criminalidade e problemas de infraestrutura básica.

Os conjuntos Marcos Freire e João Alves Filho, localizados no Município de Nossa Senhora do Socorro, assim como os demais conjuntos periféricos recém construídos, enfrentam problemas de infra-estrutura básica como: falta de energia elétrica, precariedade na coleta de lixo, com a falta de coleta os moradores depositam lixo nas proximidades dos mangues. Nestes dois conjuntos notamos uma enorme densidade populacional visto que o conjunto Siri (João Alves Filho) e o Marcos Freire (Taçooca I) detém 3.629 e 5.213 unidades habitacionais respectivamente; com populações de 18.561 habitantes para o conjunto Siri e de 26.065 habitantes para o conjunto Marcos Freire em 1988(TRAMA). Desta população a maioria é originária de outros municípios como Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, da própria sede de Nossa Senhora do Socorro, de Laranjeira e outros municípios mais distantes. Também uma quantidade considerável de moradores é proveniente da periferia da cidade de Aracaju, antes residentes em vilas bairros periféricos e favelas. (MACHADO, 1990, p.123).

Em 2007, segundo dados do IBGE, a população do Conjunto João Alves (Siri) era mais de 170.000 habitantes, reforçando a tese de um processo de metropolização da região da Grande Aracaju.

O processo de industrialização, seguido pela crescente e descontrolada urbanização, torna-se preocupante, não só no caso de Aracaju, em

Sergipe, mas, no País, as regiões litorâneas e as metropolitanas vêm com o passar dos anos e até meses multiplicando os problemas referentes ao espaço urbano. O nível de concentração populacional, nas áreas urbanas, demonstra que os problemas de moradia, poluição, criminalidade, só vêm aumentando. Para exemplificar, a concentração populacional urbana, no Brasil, no ano 2000:

“Hoje, o território nacional abriga 170 milhões de habitantes. Chegamos ao ano 2000 com 137.755.550 brasileiros vivendo em áreas urbanas, o que significa que 81% da população brasileira moram em cidades”.(OLIVEIRA, 2001, p.01)

Hoje cerca de 85% da população urbana nacional mora nas áreas urbanas. No caso de Aracaju e sua região metropolitana, podemos destacar que este processo de urbanização é também crescente, pois conforme o IBGE, em relação a sua população residente, entre os anos de 1970 e 2000, não existe mais uma população rural em Aracaju, desde 1991, como podemos constatar na tabela abaixo:

População residente por sexo, situação e grupos de idade

Variável = População residente (Pessoas)

Sexo = Total

Grupos de idade = Total

Município	Situação do domicílio X Ano							
	Urbana				Rural			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Amparo de São Francisco/SE	920	936	1.049	1.205	966	768	842	977
Aquidabã/SE	4.205	5.292	7.643	9.647	11.705	10.833	8.632	8.697
Aracaju/SE	179.286	287.900	402.341	461.534	4.384	5.219	-	-

FONTE: IBGE = Censo Demográfico, 2000

Neste sentido, percebemos que o Município de Aracaju, segundo o IBGE, tem uma população totalmente urbana, o que só reforça a crescente concentração de renda e a necessidade de haver um planejamento urbano adequado aos problemas desta área na atualidade.

A preocupação em tentar minimizar e controlar a urbanização e seus conseqüentes problemas não é de agora. Como citamos, anteriormente, Fernando Porto, já descrevia que no início da fundação da cidade, já se tentava controlar o crescimento urbano e as atitudes de sua população. Como escrevemos na dissertação de mestrado, os anos setenta, foram conhecidos no Brasil, como a época do.

milagre brasileiro, quando as regiões urbanas e metropolitanas se expandiram em virtude da ocorrência do salto econômico nacional. Com isto, o Governo Federal tenta controlar e organizar o crescimento urbano. No início dos anos 70, o Governo Federal lança vários Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), até a década de 90. Dentre as diretrizes destes planos, podemos citar algumas: Reordenar a delimitação político-administrativa dos municípios, referente às áreas metropolitanas. Implantação de uma política urbana, organização da divisão territorial, melhorar a infraestrutura econômica e social das cidades, adequação funcional das periferias, ampliação do sistema ferroviário e recuperação das rodovias etc. (MACHADO, 1990, p. 134-135)

O ESTATUTO DA CIDADE

No início do século XXI, em 2001, o Governo Federal financia o Estatuto da Cidade que foi escrito e coordenado por Isabel Cristina de Oliveira, pois a partir de então se tornou Lei Federal, com várias diretrizes e artigos, ordenar e disciplinar o crescimento urbano nacional.

“O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como preconiza o artigo 182”.(OLIVEIRA, 2001, p.03).

O Estatuto da Cidade é a lei maior de regulação e ocupação urbana, com um plano diretor para cada cidade seguir as suas determinações. Assim, foi definido em 2001, segundo o Estatuto da Cidade, que toda cidade acima de 20 mil habitantes deveria ter o seu plano diretor urbano, conforme é descrito:

“O Brasil possui, hoje, 5.561 municípios. Deste total, 4.172 possuem cidades com até vinte mil habitantes. Os demais, 1.389 municípios, abrigam cidades com mais de vinte mil habitantes. Portanto, todos estes estão obrigados a elaborar seu Plano Diretor”.(Idem, p. 20-21)

Descreve ainda que algumas cidades localizadas em regiões metropolitanas, mesmo tendo menos de vinte mil habitantes, devem também elaborar o seu plano diretor urbano.

“É importante assinalar que é obrigatório, pelo Estatuto da Cidade, que as cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as pertencentes a áreas de especial interesse turístico e, ainda, as inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional elaborem seus respectivos planos diretores, mesmo que tenham menos de vinte mil habitantes.”(Idem, p.21).

Dentro deste raciocínio, podemos chamar a atenção, para a região metropolitana de Aracaju, onde os municípios que estão ao seu redor têm menos de 20 mil habitantes, segundo o IBGE.

O Estatuto da Cidade descreve todos os aspectos relacionados ao crescimento urbano das cidades, tais como: Gestão democrática da cidade, plano diretor, imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo, parcelamento, edificação ou utilização compulsória, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir, operações urbanas consorciadas, estudo de impacto de vizinhança, desapropriação, incentivos e benefícios fiscais e financeiros, servidão e limitação administrativa, tombamento, unidade de conservação, zonas especiais de interesse social, regularização fundiária etc.

Todas essas questões, além de outros temas, são necessárias serem vistas e avaliadas, visando a uma gestão e um ordenamento urbano mais adequado ao Estatuto da cidade através de seu plano diretor urbano.

Para exemplo de como as transformações do sistema capitalista imperialista vêm interferindo em nível mundial e, a depender do desenvolvimento urbano mundial, têm interferido em nível local, vamos relacionar alguns autores que vocês podem estudar, posteriormente, que esclarecem como surgiram as regiões metropolitanas (GOMES, 1989); vejam ainda como ocorreu a efetivação das “cidades globais” (IANNI, 1996) e a estruturação de redes urbanas mundiais(CASTRO, 1995).

Observem que através do avanço da informática e da “multidimensionalidade da comunicação” (BOLANÕ, 1999) e, em nível estadual, da formação da região da “Grande Aracaju” (MACHADO, 1990) vêm interferindo, moldando e recriando novos espaços construídos, como a exemplo do bairro Jardins, na “zona Sul” de Aracaju.

Outro autor que também estamos analisando é o professor Neilson Meneses(MENESES, 2009), que vem estudando as transformações demográficas e o processo de envelhecimento da população sergipana. Este autor revela que está ocorrendo um significativo processo de urbanização em Sergipe, mais especificamente em algumas cidades do Estado, fato que nos chamou a atenção:

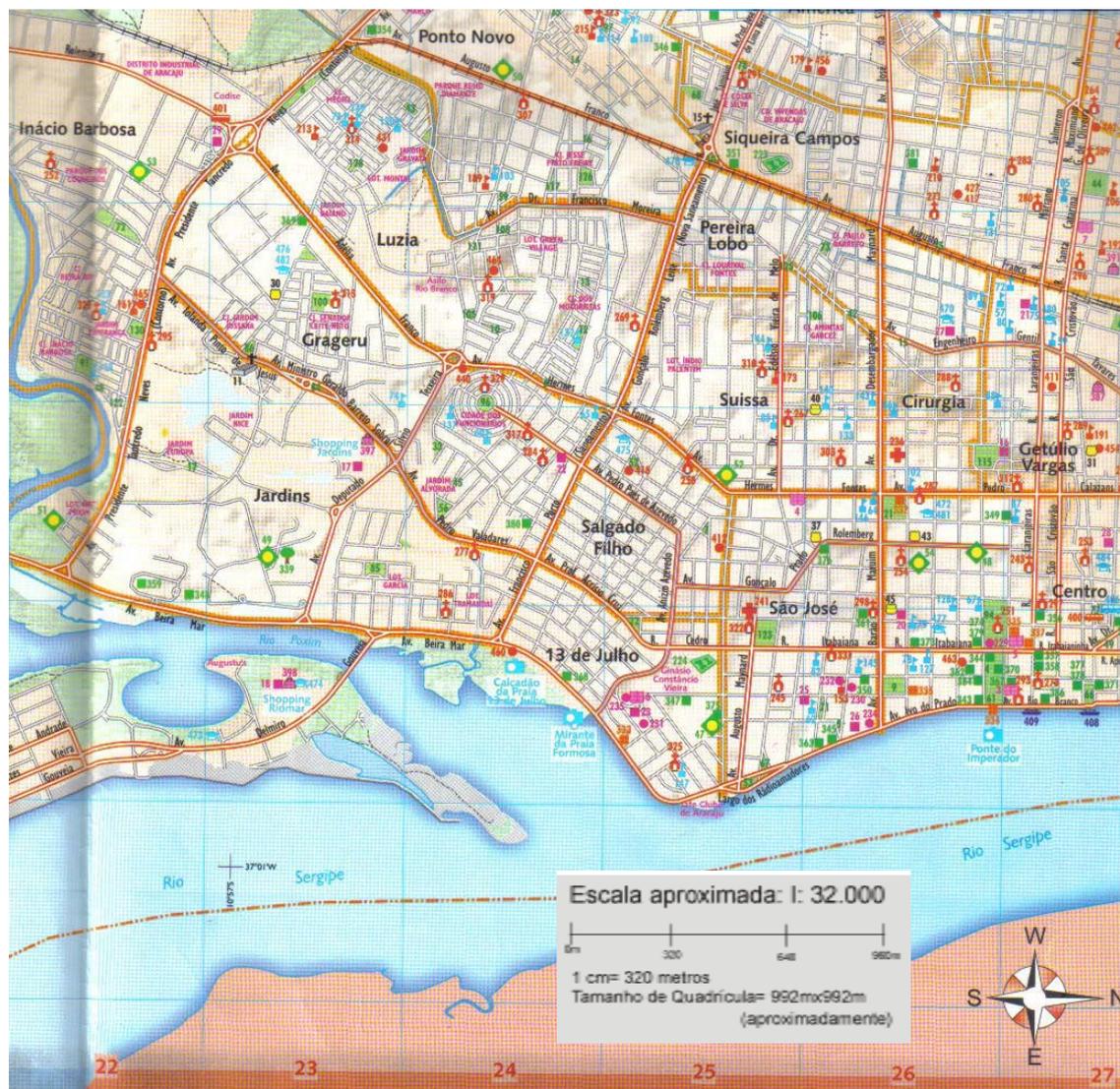
A parte, do processo de urbanização continuo entre 1970 e 2000, outra característica marca o processo de urbanização em Sergipe, é a concentração territorial da população. Segundo dados do censo 2000 (IBGE) 56,2% da população urbana sergipana vive em apenas 5 cidades (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itabaiana e Estância) com mais de 50 mil habitantes que representam apenas 5,3% do total de cidades. Três destas cidades (Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão) junto com o município da

Barra dos Coqueiros formam a chamada grande Aracaju que concentra em seu entorno atualmente (2007) 39,2 % da população. Ocorre também uma concentração em termos de população total, já que em tão somente em 6 municípios, com mais de 50 mil habitantes do Estado (Aracaju, Nossa senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana, São Cristóvão e Estância) concentram-se mais da metade da população 50,3%, segundos dados da contagem populacional 2007. Comparado com os dados da década de 70 onde 39,6% da população vivia nos 6 municípios mais populosos, verifica-se que o processo de urbanização tem levado a uma maior concentração territorial da população, tanto em termos de população total, quanto em termos de população urbana. (MENESES, 2009, p.7), (Grifo nosso).

Assim, vem sendo comprovado que a concentração populacional de Sergipe é maior nessas cidades citadas. É bom frisar que entre essas cidades, conforme cita o autor, estão presentes as cidades que compõem a região da Grande Aracaju, reforçando a tese de que há um processo de metropolização nos limites do quais fazem parte estas cidades.

O ESTUDO DO CASO DO BAIRRO JARDINS

Voltando ao caso do bairro Jardins; este local vem também crescendo, tanto na vertical, quanto horizontalmente; podemos afirmar que é um bairro em processo de concentração populacional de uma determinada classe social. Assim, pretendemos relacionar a teoria estudada neste curso com a prática de uma realidade vivenciada, neste bairro da ‘zona sul’ de Aracaju. O bairro Jardins é novo e foi criado em 1988, pela Lei municipal N° 2.666, dentro de uma área de bairros e conjuntos habitacionais pré-existentes, como o Grageru, o Conjunto Luzia, o conjunto Leite Neto, etc.



Mapa de localização do Bairro Jardins em Aracaju, 2004 (Fonte: Prefeitura de Aracaju, Mapa Municipal Oficial, Engefoto, dez. 2004).

O bairro Jardins reflete os interesses econômicos de um grupo privilegiado e o crescimento da paisagem valorizada e verticalizada em Aracaju. Vem crescendo rapidamente, mediante a articulação dos “agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 1993) que são

“ os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.”(P.12)

Esses ‘agentes’ vêm trabalhando articulado uns com os outros, desde antes da criação deste bairro. Assim, definimos como uma proposta para visualizar melhor algumas maneiras e estruturação para tornar o espaço construído e valorizado, algumas fases do processo de ocupação urbana através das várias fases de ocupação e uso do solo. Na 1ª fase, já existe uma área com propriedade definida e está delimitada (cercada). Na 2ª, vem o desmatamento da vegetação. Na 3ª fase, ocorrem os servi-

ços de terraplanagem. Na 4ª fase, ocorre o início da edificação e as placas e “outdoors” de propagandas. Na 5ª fase, ocorrem as vendas dos apartamentos com o prédio ainda em construção e na 6ª fase, com o prédio pronto e mais valorizado, ocorre a continuidade das vendas e consequentemente a moradia nos apartamentos.

O bairro cresceu e a cada dia vem formando ilhas de segregação social, sem ser preciso existir cerca, nem loteamentos fechados, ou seja, o próprio bairro é uma ilha de estratificação social, econômica, onde o espaço construído delimita, sem mostrar os limites concretos (muros, cercas), que existe uma exclusão, como se fosse natural, ou seja, como se não existissem barreiras ou limites no território.

O crescimento do bairro Jardins tem provocado outros impactos na área, tais como o impacto ambiental. Com a construção de dezenas de prédios, com praças, com “shopping Center”, posto de gasolina, hipermercados, bancos, restaurantes, sobre áreas antes de mangue, revela-se a necessidade de haver um controle desta ocupação.

A paisagem de concreto do bairro Jardins é considerada bela, mas observando de maneira crítica, os condicionantes sociais e ambientais que se reproduzem não são tão belos e pacíficos assim. Numa breve observação visual, percebemos que o crescimento urbano está ocorrendo, tanto no sentido vertical, quanto horizontal, de maneira rápida e sem a preocupação com as consequências sociais e ecológicas. Neste sentido, houve destruição da paisagem original, com a implantação de uma infraestrutura básica sobre as áreas de mangue, com a construção de vários prédios e outros estabelecimentos com profundo valor de troca. Onde existia a vegetação de mangue, hoje há área marcada pelo espaço construído. Se por um lado melhoraram as condições de infraestrutura na área, por outro lado isso vem causando impacto ambiental.

Outra questão a ser colocada é dos grupos sociais que têm direito ou podem comprar ‘pedaços’ deste espaço construído. A busca frenética pela aquisição de um ou mais apartamentos, nesta área, reflete a estratificação e o aprofundamento, cada vez maior, de uma pequena parcela da sociedade. A velocidade com que cresce seu espaço construído fez ressurgir mais uma sub-divisão na estratificação social, no próprio bairro. Hoje existem subdivisões e ‘células’ de grupos privilegiados, como a área denominada “região do Garcia” e outras que foram definidas pelo alto valor dos apartamentos, do IPTU, das academias e dos serviços de alto custo, delimitando e recriando um valor de troca cada vez mais supervalorizado.

O crescimento do bairro ocorre sem seguir as diretrizes do Estatuto da Cidade, uma vez que são percebidas as modificações contínuas com uma rapidez que nossa memória não consegue acompanhar. O nível de intensidade da transformação do espaço urbano vem historicamente sendo aumentado, conforme o desenvolvimento das forças produtivas, em

detrimento das relações sociais. As novas técnicas de construção, aliadas ao avanço da arquitetura e aos demais serviços complementares, tem acentuado o crescimento vertical e irradiado a influência desta transformação do espaço numa rapidez nunca vista antes. Entretanto, nem sempre foi assim.

“Enquanto reinou a velocidade de quatro quilômetros por hora nos caminhos ásperos (tração do cavalo ou do boi) e de acordo com a natureza do solo (topografia ou clima), a irradiação da comuna e, conseqüentemente, suas capacidades eram nitidamente condicionadas pelas limitadas possibilidades de transporte dentro do dia solar de vinte e quatro horas. Surgem a estrada plana e o motor, isto é, as velocidades de 50 a 100 quilômetros por hora; o raio de ação da comuna poderá aumentar muito e, conseqüentemente, sua capacidade.”(CORBUSIER, 2000, p.122).

Assim, o bairro Jardins cresce com uma rapidez cada vez maior, recebendo as inovações que vêm ocorrendo, historicamente e na atualidade, em nível mundial, nacional e regional. Nesta ‘escala’ decrescente, Aracaju e as áreas de maiores poder aquisitivo, como é o caso do bairro jardins, vêm recebendo e usufruindo destas mudanças e melhorias, mas de maneira bem seletiva.

Levantamos a hipótese de que se não houver um planejamento urbano alternativo e sustentável, surgirão outros problemas na área, além dos que já existem, tais como impacto ambiental, a segregação urbana, poluição sonora, o aumento da criminalidade etc. Todos esses fatores, naturalmente, são inerentes a uma sociedade estratificada, mas disciplinar o uso e a ocupação do solo, com certeza, poderá minimizar esses contrastes.

CONCLUSÃO

Caros alunos,

Como fechamento do estudo feito desde a origem da cidade, no mundo, até a consolidação das cidades globais (megalópoles) na atualidade, foi elaborada esta tese. Assim colocamos Aracaju, sua região metropolitana e o bairro Jardins, como exemplo e produto deste contexto estudado. Portanto, é de fundamental importância que se faça um encaideamento de todas as aulas anteriores, principalmente no que se refere ao crescimento urbano, que foi sendo delineado pelo desenvolvimento das relações sociais de produção.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, em suas diversas fases, revelou como a cidade foi sendo modificada e transformada, ao longo dos séculos e hoje a cidade é a região **Core** do espaço mundial.

É na cidade, e principalmente, nas metrópoles, que as decisões são tomadas e o destino de grande parte da população mundial é traçado. Isto ocorre porque a cidade global determina as inovações, quer sejam no campo econômico, quer no campo cultural, científico, tecnológico etc.

Portanto, exemplificando, na prática, demonstramos o estudo de caso feito no bairro Jardins, localizado na zona sul de Aracaju. O estudo e a demonstração do crescimento desta ‘célula urbana’ (MACHADO, 2009) é apenas uma das tentativas de identificar a relação que existe no mundo globalizado. Todas as regiões estão interligadas, as de menor área também e principalmente as que têm menor poder econômico recebem as influências das forças produtivas das nações hegemônicas, produzindo ‘frutos’ nos espaços construídos, em nível local.

Core

É o ‘coração’ da cidade, considerada a região principal, onde se concentra as decisões econômicas e políticas de uma cidade, região ou país.

RESUMO

A décima e última aula desta disciplina foi concentrada na análise do estudo do processo de urbanização, em Sergipe, na sua capital e a formação da região metropolitana de Aracaju. Percebemos que o Estado de Sergipe foi sendo formado, seguindo-se os interesses das nações que tinham o poder na época da colonização. Com a fundação de sua primeira capital, percebemos que a dependência econômica se aprofundava e a necessidade de se manter e atender aos interesses externos era crescente.

Por alguns motivos, foi transferida a capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855. A partir dessa data, a cidade foi crescendo em vários sentidos, alternando os tipos de bases de sua economia, de uma sociedade agro-exportadora, como foi ocorrendo, para uma sociedade industrial e, naturalmente, dependente dos países desenvolvidos. Todas essas mudanças, no plano econômico, político, social e urbano foram ‘moldando’ a nova divisão territorial do trabalho, dependente da região Sudeste e Sul. O crescimento da cidade de Aracaju foi tão rápido que o plano urbano, que definia o seu limite territorial, foi logo ultrapassado.

Na segunda metade do século XX, a cidade de Aracaju já tinha o domínio econômico da região. Nos anos setenta e oitenta, a cidade dominava os três setores da economia. O processo de urbanização se deu de tal forma que nenhuma cidade do Estado compete com sua capital. Aracaju, nos anos noventa, consolida sua região metropolitana e aprofunda as diferenças entre ela e as demais cidades da Grande Aracaju. Seja no plano econômico, social, político, turístico, cultural ou/e urbano, a cidade de Aracaju concentra a renda e o poder do Estado.

Além da concentração nos diversos aspectos, o processo de urbanização e valorização imobiliária vem-se acentuando nos últimos anos do século XX, fazendo surgirem ‘ilhas’ de consumo e de alto poder aquisitivo dentro da própria capital. Isso tem provocado a segregação espacial e urbana da própria cidade, pois foram surgindo novos bairros e ‘sub-bairros’, como é o caso do bairro Garcia, que surgiu dentro do próprio bairro Jardins; isso exemplifica, em nível local, o processo de desenvolvimento e a efetivação das relações sociais de produção mundial.





ATIVIDADES

Os alunos deverão realizar aulas práticas para associar o conteúdo estudado com a realidade vivenciada no bairro Jardins. Para isso, deverão elaborar uns breves questionários que serão utilizados na visita ao bairro e no contato com moradores e frequentadores da área.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Para complementar o entendimento do assunto, sugiro que leiam o livro “Os Corumbas,” da autoria de Amando Fontes, que demonstra a realidade dos trabalhadores de uma fábrica têxtil em Aracaju. Sugiro ainda outras leituras, como o pequeno livro de Fernando Porto, “A cidade do Aracaju (1855/1865)”;

o livro de Otaviano Canuto Filho, “Brasil e Coréia do Sul: Os descaminhos da industrialização tardia” e o livro de Jacques Lambert, “Os dois Brasis”, que mostra as diferenças na qualificação da mão-de-obra, quanto aos aspectos territoriais do Brasil, entre as suas regiões.

Para entender mais ainda o caso específico do bairro Jardins, é de fundamental importância que assistam à minha entrevista, gravada pela TV Universitária, em 1996.



AUTO-AVALIAÇÃO

Após uma leitura cuidadosa desta aula, posso compreender como se deu o processo de urbanização da cidade de Aracaju, desde o seu surgimento até os dias atuais?

Sou capaz de discutir com um colega questões referentes ao caso do bairro Jardins?

REFERÊNCIAS

- CALASANS, José. **Contribuição à história da capital**. Aracaju: mimeografado, 1942.
- CAMPOS, Antonio Carlos. A Construção da cidade segregada: **O papel do Estado na Urbanização de Aracaju**, In: O Ambiente Urbano: Visões geográficas de Aracaju, ARAÚJO, Hélio Mário de (Org.) et al. São Cristóvão, Departamento de Geografia da UFS, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 Ed. São Paulo: Ática, 1993.
- CORBUSIER, LE. **Planejamento urbano**. 3 Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. 6 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir**. Aracaju: INEP, 1983.
- MACHADO, Anselmo Belém. Grande Aracaju: **Processo de uma metropolização emergente**, Aracaju: Gráfica Atalaia, 1990.
- MENESES, Neilson. **Transformações demográficas e processo de envelhecimento da população sergipana**, In: tese de doutorado, Zaragoza: mimeografado, 2009.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade**, Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- PORTO, Fernando Figueiredo. A cidade do Aracaju: 1855-1865: **Ensaio de evolução urbana**. 2 ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.